

DOS ESTUDOS FEMINISTAS PARA OS ESTUDOS DE GÊNERO: REFLEXÕES NECESSÁRIAS.

DE LOS ESTUDIOS FEMINISTAS A LOS ESTUDIOS DE GÉNERO: REFLEXIONES NECESARIAS.

FROM FEMINIST STUDIES TO GENDER STUDIES: NECESSARY REFLECTIONS

FREITAS, LILIANN ROSE PEREIRA DE

Graduada em História pela Universidade Estadual da Paraíba (2002) e Mestre em História pela Universidade Federal de Campina Grande (UFCG)

E-mail: liliannrosepf@gmail.com

MONTENEGRO, ROSILENE DIAS

Doutora em História (UNICAMP) Professora Titular da Universidade Federal de Campina Grande.

E-mail: rosilene.dias@professor.ufcg.edu.br; rosilenemontenegro@gmail.com

RESUMO

O presente artigo objetiva refletir sobre os caminhos percorridos nos Estudos de Gênero, seus desdobramentos epistemológicos e de como essa discussão é tensionada no campo acadêmico brasileiro. Apesar da vasta produção científica e multidisciplinar sobre o tema, é necessário lembrar, (re)contar e (re)fazer esse trajeto considerando que ainda persistem distorções e desconhecimento sobre gênero. Dessa forma, optamos por realizar uma revisão bibliográfica, com escolhas teóricas aportadas em recortes temporais, no intuito de poder sistematizar os caminhos pelos quais permearam os estudos de gênero. Sob essa perspectiva, baseamos nossa abordagem epistemológica nas discussões de Holanda (2019); Pedro (2005); Piscitelli (2002;2008); Rago (1995;1996); Correia (2001); Hooks (2017); Butlher (2003). Cientes de que novas contribuições estão surgindo e de que essas discussões atravessam um período de amadurecimento teórico, compreendemos que nunca é demais (re)conhecer quais travessias foram e são feitas e, principalmente para as novas gerações, os efeitos políticos e sociais neste campo do conhecimento.

PALAVRAS-CHAVE: : Estudos de Gênero; Estudos Feministas; Produção Científica e Historiográfica.

RESUMEN

El presente artículo tiene como objetivo reflexionar sobre los caminos recorridos en los Estudios de Género, sus desdoblamiento epistemológicos y cómo esta discusión se tensiona en el campo académico brasileño. A pesar de la vasta producción científica y multidisciplinaria sobre el tema, es necesario recordar, (re)contar y (re)hacer este trayecto considerando que aún persisten distorsiones y desconocimiento sobre el género. De esta manera, optamos por realizar una revisión bibliográfica, con elecciones teóricas respaldadas en recortes temporales, con el fin de poder sistematizar los caminos por los cuales permearon los estudios de género. Desde esta perspectiva, basamos nuestro enfoque epistemológico en las discusiones de Holanda (2019); Pedro (2005); Piscitelli (2002; 2008); Rago (1995; 1996); Correia (2001); Hooks (2017); Butlher (2003). Conscientes de que nuevas contribuciones están surgiendo y de que estas discusiones atraviesan un período de madurez teórica, comprendemos que nunca es demasiado (re)conocer qué travessias fueron y son hechas y, especialmente para las nuevas generaciones, los efectos políticos y sociales en este campo del conocimiento.

PALABRAS CLAVES: Estudios de Género; Estudios Feministas; Producción Científica e Historiográfica.

ABSTRACT

This article aims to reflect about the paths take non Gender Studies, their epistemological developments, and how this discussion is contested in the Brazilian academic field. Despite the extensive scientific and multidisciplinary production on the subject , it is necessary to remembre, (re)Count, and (re)constructo this trajectory considering that distortions and ignorance about gender still persist. Therefore, we chose to conduct a literature review, with theoretical choices based on temporal frameworks, in order to systematize the paths that permeated gender studies. From this perspective, our epistemological approach is based on the discussions of Holanda (2019), Pedro (2005), Piscitelli (2002;2008), Rago (1995;1996), Correia (2001); Hooks (2017); Butlher (2003). Aware that the new contributions are emerging and these discussions are going through a period of theoretical maturity, we understand that is never too much to (re)acknowledge which crossings have been and are made, especially for the new Generation, considering the political and social effects in this field of knowledge.

KEYWORDS: Gender Studies, Feminist Studies, Scientific and Historiographical Production.



INTRODUÇÃO

De forma desafiadora, os estudos de gênero abriram caminho para novas problematizações, desnaturalizando modelos universalizantes e, em consequência, apresentando teorizações mais sofisticadas no tocante as diferenças sexuais. Consequentemente, o pensamento tradicional foi sendo desestabilizado e dando lugar a outras configurações teóricas.

Assim como, tem tomado corpo em vários campos do conhecimento e as inúmeras pesquisas relacionadas ao tema tem amplificado as indagações teóricas e possibilitado incursões conceituais importantes. Sem sombra de dúvidas, é inegável o alcance dessas discussões e como elas impactam a produção acadêmica no Brasil e fora dele. Esse cenário é evidenciado na formação de grupos de estudo, na proposição de seminários, simpósios, conferências e até mesmo na produção de conteúdos digitais.

Contudo, sabemos que a travessia que iniciou-se com os estudos feministas e se desdobrou nos estudos de gênero não ocorreu de forma simplista, tampouco unilateral. Por isso, há a importância de se entender que todas as lutas, discussões e mudanças nos foram bastante caras. Mas, será que a sociedade tem ciência da história desse percurso? Ou será mesmo que tudo já foi dito? Ela ainda precisa ser contada, esmiuçada e indagada?

Problematizando essas interrogações, a feminista Constância Lima Duarte considera que em se tratando da História do Feminismo, por exemplo, esta é pouco conhecida pelas novas gerações e que isso “deve-se também ao fato de ser pouco contada” (DUARTE, 2019, p. 26). Não diferentemente isso também ocorre com os estudos de gênero. Não seria demasiado perigoso supor que, pelo tanto que já se escreveu sobre essa história, não importaria mais ela ser lembrada? As novas gerações, mesmo as mais ativistas, conhecem essa trajetória e as pioneiras(os) dessa jornada?

Talvez resida aí a necessária contextualização histórica sobre o tema, com vistas ao seu entendimento, visibilidade e a sua intersecção com outros elementos que também se constituem em marcadores de diferença, como raça e classe, pois “ao lado do engajamento do historiador com o presente e a transitoriedade do conhecimento, há a diversidade de interpretações possíveis, a multiplicidade de perspectivas analíticas, que são constantemente refeitas junto aos parâmetros e categorias” (MATOS, 1998, p. 73).

Dessa forma, objetivamos realçar como discussões, estratégias e alcances não foram processados de forma homogênea. Há variabilidades que abarcam o conceito de gênero, num contínuo fluído de questionamentos, seja na perspectiva decolonial, seja numa analítica interseccional. A relevância de situar o tema dentro de um contexto histórico, requer esforço considerável para refletirmos sobre em quais cenários e sujeitos sociais se dinamiza.

Iniciamos nossa discussão com as “dobras e desdobramentos epistemológicos”, identificando e contextualizando as passagens que foram atravessadas desde os estudos sobre as mulheres até os estudos de gênero.

Dada a tenacidade e alcance das posições teóricas e das produções científicas, os “caminhos, curvas e desvios” procuram contextualizar como essas discussões seguem outros fluxos, com a chegada das primeiras publicações e debates no campo acadêmico brasileiro, como molas propulsoras que levaram a outras problematizações e cenários nos quais esse tema toma potência e que nunca é demais ser lembrado e (re) contado.

Gênero: entre dobras e desdobramentos.

As questões de gênero logram, já nos anos 20 do século XXI, estigmas e distorções discursivas, além de toda sorte de desinformações e tabus, que desqualificam sua história. Citemos, a título de exemplo, a associação que se faz, no Brasil, entre ideologia e gênero. Desde o final da primeira década deste novo século, se popularizou uma noção de que tratar questões de gênero significaria, em última instância, estimular a sexualização precoce de crianças, sobretudo na escola, estimulando a “torná-las” gays, como se isso fosse possível. Tais desinformações são incongruências sérias que repercutem diretamente na sociedade, gerando distanciamentos às lutas pelos direitos civis e as discussões inoculadas sobre questões relevantes que requerem uma analítica mais sensível e aprofundada.

Mas, neste momento, não se trata de discutir sobre questões relacionadas a chamada “ideologia de gênero”. Interessamos, portanto, contextualizar de que forma os caminhos, curvas e desvios foram atravessando as discussões sobre



gênero, até se tornar um conceito relevante em várias áreas do conhecimento, como objeto de investigação e problematização.

Talvez, o ponto de partida não seja os primórdios dos anos 1960 e 1970, que marcaram a pulverização das discussões sobre gênero, mas o que ocorreu bem antes. Costumamos eleger períodos emblemáticos para pontuar nossas análises, mas entender o processo, nesse caso, é igualmente importante.

Nesse contexto, o passado é necessário para garantir a construção de nossa identidade, fundando nossas tradições, enraizando-as no tempo e no espaço, definindo raízes. Uma referência histórica, uma garantia psicológica e um porto seguro emocional, a partir da construção de uma linha de continuidade, que nos localiza no tempo. (RAGO, 1995, p. 14).

Com essa perspectiva, tomaremos emprestado a problematização de Piscitelli (2020), quando questiona “qual a origem da subordinação feminina?”

Nosso caminho seguirá a partir do final do século XIX, mais precisamente com as lutas das sufragistas, mulheres da classe média urbana, que reivindicavam o reconhecimento político através do direito de participação no processo decisório. Em sua grande maioria, essas mulheres não preconizavam profundas mudanças na ordem privada, pois muitas delas, majoritariamente brancas, ainda viam a estrutura familiar patriarcal como um alicerce necessário à manutenção da tradição cristã ocidental. Dito de outra forma, as relações na vida privada eram mantidas e asseguradas por essa estrutura patriarcal. Porém, é nesse momento que se dá o pontapé inicial para algo que, seguramente, mais adiante tomaria força.

Convém ainda destacar que “por volta de meados do século XIX, sete em cada oito pessoas escravizadas, tanto mulheres como homens, trabalhavam na lavoura” (DAVIS, 2016, p. 18). Isso significa dizer que a luta das mulheres, substantivo ainda lido no singular e no universal, não abarcava todas as realidades. As experiências vividas por mulheres negras e brancas demarcava, também, um hiato entre elas. Dessa maneira, as formas de opressão não operavam, nem as atravessavam, igualmente, tampouco eram similares.

Ainda enquanto discurso, “mulher’ era um critério, mas nem toda mulher parecia estar qualificada. As mulheres negras, claro, eram praticamente invisíveis no interior da longa campanha pelo sufrágio feminino” (DAVIS, 2016, p. 146). Porém, e não podemos negar, a luta pelo sufrágio feminino surgia, nesse momento, para muitas mulheres operárias como importante arma na luta de classes. De fato, os anos 1910 e 1920 abalizaram a fomentação da ação pelo sufrágio feminino, estendendo-a para as relações de classe, contando com a influência do movimento socialista europeu. Mas, o racismo operava de forma potente no interior do movimento sufragista estadunidense. Ao contrário do que ocorria com as mulheres brancas, o movimento era indiferente à participação de mulheres negras ou de cor e de suas lideranças.

Partindo desse contexto, Ângela Davis, em “Mulheres, Raça e Classe”, demonstra como a lógica colonial escravista ainda se fazia presente, com suas formas de opressão, nos Estados Unidos, pois “depois da aguardada vitória do sufrágio feminino, as mulheres negras do Sul foram violentamente impedidas de exercer seu direito recentemente adquirido (DAVIS, 2016, p. 153).

Assim, vão se perpetuando papéis sociais demarcados para as mulheres, sob a ótica do patriarcado que se incidia na história delas e se inscrevia em seus próprios corpos. A luta por cidadania e igualdade de direitos assinalava um ponto interessante na história do pensamento ocidental e dos estudos feministas já nos anos seguintes: “se a subordinação da mulher não é justa nem natural, como se chegou a ela e como se mantém?” (PISCITELLI, 2002, p. 09).

Descortinando essa indagação, impossível não pensar no quanto o livro “O Segundo Sexo”, de Simone de Beauvoir (1980), impactou e elevou o pensamento feminista a outro patamar após seu lançamento em 1949. Com a célebre frase “a mulher não nasce mulher, torna-se mulher”, o debate sobre as origens da subordinação feminina alcançou o espaço privado das relações cotidianas e das experiências históricas e culturais, nas quais foram cunhadas seu lugar social. Assim, “o privado é político” e podia-se, então, entender que a compreensão, por parte das mulheres, da não naturalização desses lugares, poderia reverter a forma com que as próprias se viam e eram subjugadas.

A partir dessa ótica, “o pensamento feminista colocou reivindicações voltadas para a igualdade no exercício dos direitos, questionando, ao mesmo tempo, as raízes culturais dessas desigualdades” (PISCITELLI, 2002, p. 09). Mas, é preciso lembrar que ao tempo em que se procurava elementos que pudessem explicar as origens da subordinação feminina,



ainda se colocava na mesma balança todas as mulheres, sem que houvesse distinção de lugar, etnia ou classe social. No rastro dessas excitações, Bell Hooks nos mostra a determinação das mulheres negras em trilhar um caminho reativo, buscando um pensamento crítico não hegemônico, pois segundo a autora, isso só ocorrerá

Concomitantemente, os esforços das mulheres negras e de cor para desafiar e desconstruir a categoria “mulher” – a insistência em reconhecer que o sexo não é o único fator que determina as construções da feminilidade – foram uma intervenção crítica que produziu uma revolução profunda no pensamento feminista e realmente questionou e perturbou a teoria feminista hegemônica produzida principalmente por acadêmicas, brancas em sua maioria. (HOOKS, 2017, p. 88).

Ao fundamentar a argumentação de que as bases da opressão se justificariam só pelo fato de se ter nascido mulher (concepção defendida, sobretudo, pelo feminismo radical) estava-se, na verdade, dando abrigo à ideia de que essa opressão ocorreria desde o nascimento, quando as normas comportamentais, que atravessavam condutas e corpos femininos, seriam estabelecidas. Isso derivaria inicialmente da figura paterna, e teria continuidade com as presenças do marido e do patrão, ou seja, as formas masculinas de onde o poder se estabelece. No entanto, não se tinha, apenas, a compreensão de que a luta pela igualdade quebraria os ciclos de poder e subjugação feminina exercido pelo patriarcado, mas que essa luta englobaria todos as mulheres, assim sendo,

as teóricas feministas passaram a revisar as produções disciplinares perguntando-se como seriam diferentes se elas – história, antropologia, ciência política etc. – , tivessem considerado relevante considerar o ponto de vista feminino. [...] os conceitos existentes foram confrontados e alguns adquiriram outros conceitos. (PISCITELLI, 2002, p. 14).

Nota-se que a inclusão das mulheres, enquanto agentes da História nas discussões, pesquisas e produções acadêmicas, possibilitou a elaboração de propostas analíticas, objetos de pesquisa e metodologias até então não exploradas (ARRUDA, 2019). Ou seja, cotidiano, experiências, contextos e lugares ocupados pelas mulheres passaram a ser discutidos não pela lógica patriarcal, mas do ponto de vista da construção cultural das relações. Contudo, “com o decorrer do tempo, o patriarcado passou a ser um conceito vazio de conteúdo, nomeando algo vago que se tornou sinônimo de dominação masculina, um sistema opressivo tratado, às vezes, quase como essência” (PISCITELLI, 2002, p. 15).

Por outro lado, não significa dizer que o fato de se pesquisar, dialogar e problematizar sobre algo esvazie o objeto de crítica. O patriarcado ainda se fazia presente, mas por si só não dava conta de todas as respostas. Na medida em que os estudos feministas avançavam, outras problematizações emergiam. De maneira especial, o amadurecimento dessas discussões viabilizou outros olhares sobre relações experienciadas por mulheres. Porém, na contramão dos acontecimentos, a desnaturalização do que estava posto e o reposicionamento da mulher na centralidade das pesquisas, contrariava também os contextos normativos que perduravam na academia (ARRUDA, 2019).

De fato, gradativamente se foi buscando hipóteses explicativas que transcendessem a lógica da dominação ancorada unicamente na diferenciação física. A emergência de argumentos mais refinados envolveria elementos complexos que não estariam necessariamente na relação sexista, homem x mulher, mas nas dimensões simbólicas dessas relações sociais.

No entanto, deve-se lembrar que bem antes dessa perspectiva mais relacional e “cultural” a “categoria usada na época era ‘mulher’”. Esta, pensada em contraposição à palavra ‘homem, considerada universal” (PEDRO, 2005, p. 80). Como consequência, havia um temor entre as feministas ativistas de que as teorizações sobre gênero despolitizassem o movimento, na medida em que a aproximação com a academia poderia implicar no distanciamento das pautas do feminismo. Daí a dificuldade de se chegar num consenso no seio do próprio movimento feminista.

Sem dúvida, a segundo movimento do feminismo (anos 1960-70) trilharia caminhos teórico mais subversivos. Entretanto, nos anos subsequentes, e mesmo com um processo de crítica encabeçado, sobretudo, pelo feminismo negro, as pesquisas e grupos de discussão ainda se concentrava no sujeito único - “mulher”. Sintetizando as experiências femininas, o que se pode notar é que havia certa resistência em considerar outras nuances nos estudos de gênero. Nesse sentido, mulheres negras ativistas, em menor número em relação as acadêmicas anglo-saxãs, uniram esforços



numa tentativa de desconstruir essa perspectiva universalizante, propondo uma reanálise dessa visão que secundarizava, dentre outras coisas, a raça e a classe como marcadores importantes da diferença nos estudos feministas (HOOKS, 2017).

Nota-se que as críticas que fundamentavam a opressão do patriarcado ainda eram vistas, nesse período, sob a ótica da supremacia branca. Embora houvesse o feminismo negro, crescendo dentro e fora da academia, o cânone acadêmico e os estudos sobre a mulher eram, ainda, protagonizados pelas feministas brancas. A experiência da mulher negra não era vista na centralidade das discussões acadêmicas e nem no próprio movimento feminista. Inclusive, este espaço foi tensionado por vários embates.

De maneira especial, além do alcance dessas discussões sobre gênero no campo acadêmico, possibilitaram reconhecer as singularidades existentes dentro do próprio movimento feminista. A “mulher”, enquanto substantivo lido no singular, começou a ser compreendido a partir de suas complexidades e especificidades, emergindo em sua forma plural – “Mulheres” –, sendo protagonizadas pelas feministas negras. As feministas passaram a questionar a utilidade da análise que tem por objeto e sujeito uma mulher universal, que desconhece a variedade de experiências das mulheres de todos os quadrantes. (ARRUDA, 2019, 339).

Houve, sem dúvida, uma série de intervenções em grupos de discussão e nas disciplinas que chamavam a atenção para os preconceitos e para a visão racista que atravessam os estudos acadêmicos sobre as experiências das mulheres negras e de cor. Sobre esse contexto, Bell Hooks, nos chama a atenção para o fato de que:

Embora essa estratégia fosse necessária para que fôssemos ouvidas, por causa dela nós não concentrávamos nossa energia em criar um clima em que pudéssemos focar intensamente a criação de uma produção acadêmica que examinasse a experiência negra desde um ponto de vista feminista. [...] A grande maioria das feministas brancas não via com bons olhos nosso questionamento dos paradigmas feministas que elas buscavam institucionalizar; e, por outro lado, muitos negros viam nosso envolvimento com a política feminista como um gesto de traição e desconsideravam nosso trabalho. (HOOKS, 2017, p. 165).

Trata-se, então, de refletir sobre as formas modulares de resistência que emergiam no bojo dessas discussões e como elas tomavam corpo. Nesse entremeio entre lutas e negociações, os estudos acadêmicos feministas foram se alargando em direção a um pensamento mais crítico e plural, onde as experiências das mulheres negras pudessem, também, ocupar espaços, pois era crível reconhecer questões singulares da vida da mulher negra e isso incluiria importantes marcadores, como sexualidade e classe. Situando nessa interface, Bell Hooks, afirma que,

As acadêmicas brancas geralmente aceitavam as mulheres negras que fizessem crítica literária com enfoque em gênero ou fazendo referência ao feminismo, mas ainda consideravam a esfera da teoria feminista como seu domínio crítico e particular”. (HOOKS, 2017, p. 169).

As mulheres negras reivindicavam que as teorias feministas fossem vistas a partir de suas vivências, pois, do ponto de vista da produção acadêmica, esse lugar ainda era um espaço privilegiado das mulheres brancas. Verifica-se que, paulatinamente, os debates vão se complexificando, ao mesmo tempo em que já se expressa uma dissociação da opressão feminina unicamente pela lógica do patriarcado.

As instabilidades teóricas nos estudos feministas ficam evidentes quando Gayle Rubin lançou, em 1975, "O tráfico de mulheres: notas sobre a 'economia política' do sexo", tomando como referências conceituais, para tecer suas críticas, os trabalhos de outros pensadores como Claude Lévi-Strauss, Sigmund Freud e Jacques Lacan. Houve, de certa forma, um reposicionamento no pensamento sobre as causas que legitimavam a opressão feminina, colocando em pauta a instituição econômica como uma questão interveniente nos papéis sociais que mulheres e homens assumiam. “Rubin propôs um trânsito entre natureza e cultura, especialmente no espaço da sexualidade e da procriação” (PISCITELLI, 2002, p. 15).

É curioso observar que as contribuições de Rubin, para os estudos feministas, desalojam o entendimento de que toda forma de opressão é unicamente masculina. Para ela, portanto, são as formas de parentesco e construção cultural,



estabelecidas em cada sociedade, que determinam a subordinação feminina em relação aos homens, especialmente na divisão social do trabalho. Ou, melhor dizendo, o poder se estabelecia na relação sexo/gênero.

Segundo Holanda (2019), foram nos anos 1980-90 que os estudos na área “Women’s Studies” e os temas que envolviam a sexualidade se multiplicaram em seu caráter multidisciplinar e transversal. A visibilidade que esses estudos tiveram denotou em importantes debates em torno dos comportamentos heteronormativos e de intersecções teóricas que começaram a ser feitas no intuito de desconstruir objetos e temas universalizantes. Esse processo ocorreu de forma incisiva sob o pensamento feminista estadunidense e europeu. Paralelamente a esse processo, Pedro (2005, p. 86) nos lembra que,

assim como, no movimento feminista, foi no interior da categoria mulheres que surgiu a categoria gênero, foi também entre as historiadoras que estavam escrevendo sobre a história das mulheres que a categoria ‘gênero’ passou a ser utilizada.

Movida por esse momento, a historiadora estadunidense Joan Scott (1990), em sua seminal obra “Gênero: uma categoria útil de análise histórica”, delinea relevante trajeto no intuito de demonstrar como gênero pode ser pensado a partir de um processo socialmente construído que demarca as diferenciações binárias. Ou seja, ela apresenta o conceito de gênero de forma não biologizante, propondo uma noção baseada na construção social e histórica do gênero, e de seus significados, que se modifica no tempo e no espaço.

Para Scott (1990), gênero surge como uma categoria analítica, historicizada, um caminho necessário para se compreender, por meio das hierarquias sociais, como se processam as relações de poder entre mulheres e homens e a subjetivação do corpo. “[...] o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais fundadas sobre as diferenças percebidas entre os sexos, e o gênero é um modo primordial de dar significado às relações de poder [...]” (SCOTT, 1990, p. 14). Logo, não podemos desvincular os estudos de gênero dos de sexualidade e de como essa questão se engendra nas políticas do corpo e nas práticas cotidianas.

[...] O que motivava esta autora, ao teorizar sobre “gênero”, era a mesma coisa que motivava o movimento feminista e as historiadoras feministas a escreverem a história das mulheres. [...] Scott apoia-se nos pós- estruturalistas, que se preocupam com o significado, pois enfatizam a variedade e a natureza política destes. (PEDRO, 2005. P. 87).

Pedro (2005) ainda nos lembra que o termo “gênero” foi empregado em 1968 pelo médico estadunidense Robert Stoller¹, autor da obra “Sex and Gender”. Após realizar várias intervenções cirúrgicas, ele concluiu que o que é determinante na identidade sexual não residia na genitália, fosse ela feminina ou masculina, mas na forma como os indivíduos sentiam seus corpos. Para Stoller, as características anatômicas eram plásticas, “neste caso, o ‘gênero’ não coincidia com o sexo, pois pessoas com anatomia sexual feminina sentiam-se homens e vice-versa” (PEDRO, 2005, p. 79).

De modo singular, observa-se, nas discussões de gênero, um desdobramento discursivo nos estudos sobre a(s) “Mulher(es)”. No entanto, se de um lado a perspectiva apresentada por Scott (1990) possibilitou entendermos gênero como uma construção cultural, por outro Judith Butler (2003, 2009) tece críticas a concepção do médico por entender que sua teoria não incorpora indivíduos que não se adequam as normas sociosexuais como gays, lésbicas, transsexuais, entre outros, que contradizem, em sua existência, a visão de diferença sexual.

Nessa arena de reações e críticas, o terceiro movimento de luta feminista (1990-2000) marca o avanço dos estudos pós identitários, iniciados por Tereza de Lauretis, em “A Tecnologia do Gênero”, e por Donna Haraway, no “Manifesto Ciborgue: ciência, tecnologia e feminismo-socialista no final do século XX”, ambos lançados nos anos 1980. Essas discussões são retomados e subvertidos por Judith Butler, onde a “vivência das mulheres trans, das travestis e das pessoas não binárias e toda uma multiplicidade de fatores que se conjugam na conformação das identidades” emergiam como questões a serem interpretadas e problematizadas (HOLANDA, 2019, p. 19).

Para autora, “se o gênero são os significados culturais assumidos pelo corpo sexuado, não se pode dizer que ele decorra, de um sexo desta ou daquela maneira” (BUTLER 2003, p. 26). Afirma, ainda, que gênero inclui a constituição subjetiva



da e na cultura, considerando que o corpo em si configura uma construção. Sendo assim, a identidade de gênero é fluída, passível de mudanças. É temporal e, por isso, flexível, onde os sujeitos podem assumir diferentes identidade, pois “se o gênero são os significados culturais assumidos pelo corpo sexuado, não se pode dizer que ele decorra, de um sexo desta ou daquela maneira” (BUTLER, 2003; p. 24).

Para a autora, é fulcral fazer uma releitura crítica sobre gênero, tanto como performático e fabricado por sinais, quanto pelos discursos que influenciam na identidade de gênero. Tenaz defensora da Teoria *Queer*, Butler compreende a heteronormatividade como uma imposição social que opera enquanto discurso normativo, por vezes naturalizado, desconsiderando as múltiplas identidades (performances). “Assim como a categoria gênero procurou desconstruir a categoria identidade, a categoria queer caminha na direção da desconstrução do sexo biológico” (HOLANDA, 2019, p. 19).

Seguindo esse fio, não devemos esquecer a forte influência que os estudos foucaultianos irão ter sob os novos desdobramentos epistemológicos nos estudos de gênero. Em *História da Sexualidade I – Vontade de Saber*, essa compreensão se evidencia quando se apresenta o desvio do caminho binário homem/mulher na visão meramente biológica. A sexualidade é, então, o caminho para se experimentar a subjetivação do desejo, sendo este um sistema que nos leva a refletir sobre o que e por que somos e como desejamos.

Nesse movimento, os estudos foucaultianos representaram, e ainda representam, inquietante e desafiadora forma de produção do conhecimento, pois ao invés de pensar o sujeito como objeto central da investigação, apresentou-se uma nova proposta desse processo histórico que significou, sobretudo, a possibilidade de se compreender como o conjunto de práticas discursivas e os regimes de verdade são responsáveis pela fabricação desse sujeito social. Considerando esse contexto, Margareth Rago nos coloca que:

Trabalhar com produções culturais e não objetos naturais na perspectiva foucaultiana significou repensar radicalmente os procedimentos historiográficos, já que se tratava não mais de buscar as formas de manifestação de um fenômeno ao longo da história, de partir do objeto ou do sujeito plenamente constituído, para ver como havia se manifestado em diferentes formações sociais. (RAGO, 1995, p.75).

Ocorrer que, em que pese os avanços e multiplicidade de interpretações, que desvinculava gênero como consequência do sexo, outras questões teóricas que também foram, outrora, secundarizadas, tomaram força após os estudos de Butler (2003) no

reconhecimento de que gênero se intersecta com diversas modalidades de identidades construídas discursivamente – raciais, de classe, étnicas, sexuais, motivo que torna impossível separar gênero das interseções políticas e culturais nas quais é produzido e sustentado. (PISCITELLI, 2002, p. 28).

As fronteiras que o conceito de gênero ultrapassou nos oferecem um panorama enriquecedor no tocante às pesquisas acadêmicas, do ativismo e da percepção pós-estruturalista, sobre as dissidências sexuais. Demonstram também, um quadro diversificado de categorizações que diferencia e distância as concepções de gênero engendradas pelo sexo. Dentre essas interpretações e críticas, percebemos caminhos que apontam para outras direções, destoando cada vez mais de uma visão monolítica. Novos fluxos circulam pelas questões de gênero e nos levam a outras materialidades.

Dessa forma, as representações e construções sociais dão sentido às relações do indivíduo com seu próprio corpo, sendo a sexualidade o eixo principal da identidade. Embora com conceitos distintos e justapostos, sobre a questão da identidade de gênero, compreende-se que eles estão imbricados e se relacionam nos processos de (auto)constituição e (auto)reconhecimento dos sujeitos sociais e das relações de poder.

Em que pese todos esses avanços epistemológicos, quando consideramos a relação poder-saber, ou seja, quem fala e de que lugar fala de gênero, ou de como essas questões foram sendo mapeadas quando remetidas a vivências, vejamos que Heilborn e Sorj (1999, p. 13) afirmam que “há determinadas posições teóricas que questionam a pertinência de um uso generalizado do conceito, sobretudo quando ele é estendido às sociedades e aos processos de construção de pessoas não ocidentais”. Por outro lado, no tocante aos estudos de gênero, o contexto histórico latino-americano



partilha do mesmo campo cultural e intelectual do estudos feitos nos Estados Unidos e na Europa, redefinindo outros trajetos no tocante a essa discussão.

Logicamente, tais problematizações não desqualificam todo o campo de conhecimento construído ao longo do tempo, mas demonstram que as questões de gênero ainda são passíveis de novos questionamentos e análises, principalmente quando apontamos para a perspectiva decolonial, a partir da teoria *queer*, na América Latina.

O movimento feminista lésbico tem se configurado fazendo um contraponto substancial ao rejeitar de forma veemente a heterossexualidade como padrão normativo. A lesbianidade possui suas dobras, desloca-se para outra direção, inverte o sentido, e como consequência nega e desmantela engrenagens normativas. Esses posicionamentos destoantes nos permite embarcar questões sobre a sexualidade e sobre as abordagens transdisciplinares do ativismo LGBTQIA+. Holanda (2020, p. 15) analisa que,

a reação mais contundente a respeito da experiência queer na América latina, como era de se esperar, se dá pelos grupos lésbicos autônomos que sempre se dedicaram a desestabilização dos sistemas binários de gênero e sua articulação com fatores raciais e de classe, densidade que não reconhecem nas políticas performáticas do Norte. Provavelmente por isso, algumas pensadoras feministas latino-americanas rejeitam este rótulo, preferindo se automearem feministas lésbicas antirracistas.

Por outro lado, para Norma Mogrovejo (2020, p. 39) “a produção epistêmica dos departamentos de gênero nas universidades está marcada pela colonialidade discursiva. Em “O *queer*, as mulheres e as lésbicas na academia e no ativismo em Abya Yalao”, a autora cita a pesquisa realizada por Gioconda Herrera em cinco países andinos, sobre estudos de gênero, e acrescenta:

Lamentavelmente, estes estudos, seguindo os eixos de preocupação, estratégias e conceitualizações legitimados nos países centrais, se voltam primordialmente para o estudo das sexualidades dissidentes e da identidade de gênero, sem conseguir dar conta do irremediável entrecruzamento destas ordens (da produção, do desejo e do gênero) com da raça e da classe; nem mesmo da maneira como o estatuto do sujeito da identidade sexual e de gênero dos Estados-nação-latino-americanos, em contextos de herança colonial e colonização discursiva. (MOGROVEJO, 2020, p. 39).

A autora resente-se de os estudos de gênero, que desembarcaram na América Latina, não darem conta da diversidade, das singularidades e das práticas culturais de diversos povos, traduzidos em sua geografia e história. Povos esses, que foram colonizados, escravizados e subalternizados.

E, não é só isso, pois temos que ressaltar que dentro desse universo há uma diversidade de identidades sexuais que abrigam corpos drags, trans, gays, travestis, ou seja, corpos em movimento. Corpos que também são políticos, que transgredem, divergem, e que, dentro dos lugares fabricados, abrigam o não lugar, pois são vistos como corpos dissidentes. Sob esses corpos germinam discriminações, exclusões, e na tentativa de fazê-los “deixar de ser” o que prediz a norma, ainda sim, transitam, resistem e se diferenciam no mundo dos “iguais”, “o lugar social no qual alguns sujeitos vivem é exatamente e fronteira (LOURO, 2020, p. 188).

Esse debate traz suas provocações, se coaduna com questões profundas, e que se juntam a outras. Diante do exposto, não podemos mais superficializar os debates que envolvem as questões de gênero, tampouco podemos vê-las separadas ou de forma hierarquizada por outros marcadores de diferença, como raça e classe. E, não menos importante, não podemos visibilizar as identidades sexuais sem que antes reconheçamos os mecanismos de poder que operam e se movimentam estrategicamente de forma a domesticar comportamentos vistos como “anormais” que, conseqüentemente, provocam silenciamentos. Esses mecanismos, e seus aparatos, inscrevem em nossos corpos aquilo que devemos ser e aquilo que não devemos ser.

Logo, gênero assume caráter transversal. Nesse recorte, as relações operam de forma caleidoscópica e captam aspetos relevantes que funcionam como construtos morais, éticos e religiosos na sociedade. Como valores, esses construtos são apreendidos e, por conseqüente, os papéis são legitimados com o intuito de que a norma não seja desarticulada.



Caminhos, curvas e desvios: os Estudos de gênero no Brasil

O campo teórico tem aberto vastas possibilidades de diálogo e de imersão em significativos objetos de pesquisas. São vozes e contextos que se expandem, demonstrando a forma multifacetada e plural de novos objetos de pesquisa. Como já mencionado, a inclusão de gênero, enquanto campo de conhecimento, só converge com os estudos feministas em fins dos anos 1970, sobretudo entre as feministas estadunidenses.

A partir daí é possível observar que gênero adentra nos debates e produções acadêmicas sob uma ótica desconstrutivista, desnaturalizando oposições binárias. A questão fundamental é que gênero se constituiu num divisor de águas dentro e fora do movimento feminista. Enquanto teoria, abarcou não só os estudos feministas, como ditou outro tom, mediante diferentes experiências e vivências sexuais, e permitindo um processo reflexivo sobre as diferentes identidades sexuais.

Tivemos, nos últimos anos, crescente número de publicações (dissertações e teses) envolvendo questões sobre gênero e diversidade sexual, principalmente nas ciências sociais. No intuito de pesquisar como esses estudos chegaram ao Brasil, e como repercutiram em estudos acadêmicos nacionais, realizamos buscas com o intuito de traçar uma linha cronológica, para historicizar e problematizar os caminhos trilhados, suas curvas e desvios, que possibilitaram as primeiras publicações em estudos de gênero.

E é preciso dizer que este não foi um caminho fácil, posto que o processo de investigação, iniciado no Banco de Teses e Dissertações da Capes, e posteriormente nos periódicos, não precisávamos com exatidão desde o início. Com isso, algumas leituras nos foram sinalizando importantes pistas e, conseqüentemente, autoras que, na medida do possível, pontuaram significativos eventos que demarcam as primeiras publicações acadêmicas de estudos de gênero no Brasil.

Nessas buscas, identificamos produções entre o final do anos 1960 e o início dos anos 1970. Dois trabalhos destacam-se nesse cenário. Em 1967, temos a tese de livre docência de Heleieth Saffioti, “A mulher na sociedade de classes: mito ou realidade”, que, dentre outras coisas, problematizou sobre o papel da mulher na sociedade de classe a partir de um olhar sociológico. Já em 1972, a socióloga Eva Blay apresentou sua tese de doutorado: “Trabalho domesticado: a mulher na indústria paulista” (HOLANDA, 2019).

Em ambos os trabalhos, as temáticas circulam em torno de dois pontos: os estudos de gênero, ainda com foco na questão da “mulher”, e as experiências vivenciadas por elas na luta pela equidade de gênero. Fortemente influenciados pelo marxismo, os trabalhos dão relevo as questões de classe. De forma emblemática, Holanda (2029, p. 13) afirma que “Heleieth, enfática, se recusava a identificar-se com o feminismo. Era apenas uma mulher de esquerda fortemente interessada na condição feminina”. No entanto, estes trabalhos são marcos teóricos importantes dos estudos de gênero na academia, pois abriram portas para os debates feministas, tratando de como as discussões no âmbito internacional repercutiam nas produções acadêmicas brasileiras.

Merece, ainda, atenção o processo discursivo crescente nos anos 1960, que circulou em campos do saber como sociologia, antropologia e psicologia. Já na ciência política, área crítica à representação das mulheres nas pesquisas etnográficas, não se vê produções sobre estudos de gênero. O fato é que toda essa circularização de discussões e diálogos, com outras áreas do saber, possibilitou uma autocrítica dos estudos feministas, objetivando o combate das elaborações culturais a partir de modelos sexistas, socialmente construídos.

Ao contrário do que ocorreu, por exemplo, com as pesquisadoras estadunidenses, as primeiras produções acadêmicas brasileiras foram fomentadas por grupos de discussões, geralmente ligados à militância dos partidos de esquerda, entre os anos 1960 e 1970. Embalados pela crítica a ditadura militar, que imperava no país, se trazia para o centro dos debates questões relativas à condição das mulheres na sociedade de classes.

Helôisa Buarque de Holanda, em *Pensamento Feminista Brasileiro* (2019, p. 10), afirma que “nesses encontros, segundo relatos, eram discutidas questões profissionais, domésticas, políticas, e lidos textos trazidos por feministas que voltavam dos exílios ou temporadas em países estrangeiros”. Para Heilborn e Sorj (1999), o teor analítico que se desenvolveu nas primeiras gerações de pesquisadoras, demonstra seu entrelaçamento com as questões ideológicas e políticas, e como estas eram incorporadas ao seu campo de estudo.

Importa assinalar que a partir do momento em que gênero passou a ser compreendido como categoria de análise, todo um construto da vida social, especialmente da relação da mulher no mundo do trabalho, foi foco de grandes debates e embates. Nessa senda, não podemos esquecer a precisa influência do marxismo, como aporte dessas análises, uma vez



que as relações sociais não só circulavam na família, mas que houve a necessidade de inter cruzar essa discussão ao cenário político, em consequência das relações de classe. (HEILBORN; SORJ, 1999).

Foi a partir desse contexto que os primeiros núcleos de estudos surgem em universidades brasileiras, com intuito de proliferar as discussões e pesquisas acadêmicas, o que possibilitou, também, a criação de disciplinas e o fomento de temas de pesquisas voltados para as questões de gênero. De forma significativa, professores(as) e alunos(as) foram alargando o campo de estudo de gênero, demonstrando seu caráter transversal, fazendo incursões em temas mais específicos, como a sexualidade, a exemplo do Grupo Somos e do Jornal Lâmpião da Esquina, em 1978 (CORREA, 2001).

Assim como as críticas reativas a separação dos sistemas sexo-gênero, a obra de Rubin, “O Tráfico de mulheres” (1975), proporcionou um conjunto de reflexões no meio acadêmico de como a condição sexual foi culturalmente construída, pautada na estruturação e significados diferenciados aos dois sexos e como estes foram inscritos em seus corpos. Para Heilborn e Sorj (1999, p. 13), “o argumento central à ideia de sistemas de gênero-sexo é a transformação da diferença sexual operada pela cultura numa relação de opressão”, (denominada por Rubin de domesticação da mulher).

Outro aspecto relevante, que adentra a academia, diz respeito ao apoio financeiro e institucional de agências como Fundação Ford, Fundação Carlos Chagasⁱⁱ, CEBRAP, IUPERJ, USP, interessados em pesquisas mais amplas que articulassem o trabalho acadêmico numa rede de intervenção com foco em políticas públicas de combate à desigualdade social. “Estes e outros apoios que se seguiram à vários programas e pesquisadores foram decisivos para legitimar projetos de pesquisa e resultados científicos” (HEIBORN; SORJ, 2008, p. 05). Entre os anos 1980-90 verifica-se um desdobramento dessas discussões,

o desenvolvimento do campo de estudos de gênero a partir da década de 1990 vai articular diversos objetos e abordagens, entre os quais os estudos sobre masculinidades e LGBTQI – sexualidades e identidades fora da heteronormatividade e do binarismo sexual: lésbicas, gays, bissexuais, transexuais, transgêneros, travestis, queers e intersexos. (CARVALHO, 2017, p. 97).

A experiência brasileira de produções acadêmicas sobre estudos feministas, assim como ocorreu nos Estados Unidos e na Europa, antecedeu as discussões sobre questões de gênero como categoria analítica. Estas, inclusive, surgiram do movimento que reivindicava a decomposição do cânone acadêmico e do saber científico masculino, como expressão maior do saber universal, especificamente nas disciplinas de Ciências Sociais (HOLANDA, 2019). Esse movimento vem, também, da visibilidade que essas discussões teóricas passam a ter sobre temas relacionados a sexualidade, causando grande impacto sobre a noção heteronormativa e interseccional.

Nos chama à atenção que, no tocante a sexualidade, ainda se tinha, como afirma Holanda (2019, p. 15), um “assunto estrategicamente evitado fora dos grupos de reflexão”. Destaque-se que as temáticas envolvendo corpo e sexualidade ainda eram, em sua maioria, sob a perspectiva da mulher, com destaque para a obra de Rose Marie Muraro,ⁱⁱⁱ “Sexualidade da Mulher Brasileira”, lançada em 1983, que mostra, de forma interessante, como a luta da emancipação perpassava também pela luta de classes (HOLANDA, 2019).

O tema da sexualidade, quando se refere a homossexualidade, assume outros contornos nas pesquisas acadêmicas, Louro ao afirmar que,

no Brasil (de forma mais visível em 1980), a temática passa a constituir como questão acadêmica, na medida em que, em algumas universidades e grupos de pesquisa, vem a ser discutida, principalmente como apoio das teorizações de Michel Foucault. (LOURO, 2020, p. 191).

Ainda na década de 1980, as temáticas acadêmicas sobre estudos de gênero alinhavam-se às experiências da mulher e suas interseções sociais, com o mundo do trabalho, com as reações entre o público e o privado, e, sobretudo, como estas questões eram teorizadas na academia.

Sublinha-se, nesse contexto, o trabalho de Mariza Corrêa^{iv}, de 1984, publicada no GT Família e Sociedade da ANPOCS, “Mulher e Política”, em que a autora tece críticas importantes sobre a ênfase que se dava as pesquisas nas ciências sociais em detrimento das dinâmicas de resistência que se estabeleciam pelas mulheres no mercado de trabalho e no seu cotidiano familiar.



Os estudos de gênero, na academia, avançaram bastante nas décadas subsequentes, não só no Brasil, mas também internacionalmente. Vemos o reconhecimento de novas formas plurais de existência dos sujeitos, enquanto identidade e orientação sexual. Trabalhos significativos, buscando contextualizar e historicizar lugares, além de pôr em xeque estruturas heteronormativas, sobretudo no que tange as políticas do corpo, proporcionaram uma crítica epistemológica relevante em contraposição aos discursos sexistas, biologizantes e excludentes, principalmente na sociologia, antropologia e psicologia, com forte inserção dos estudos de Foucault, Lacan e Freud.

A passagem dos “Estudo sobre a Mulher” para os estudos de gênero trouxe complexidades e questionamentos, sobre se a amplitude do termo despolitizaria os estudos sobre a mulher, especialmente para teóricas estadunidenses. Porém, na contramão dos acontecimentos, no Brasil essa passagem foi menos problemática. O próprio termo “mulher” já não comportava a multiplicidade de vivências que atravessavam a história das mulheres negras, indígenas, lésbicas, brancas, entre outras, pois as mais diversas “mulheres” reivindicavam discussões que respeitassem suas múltiplas diferenças.

Joana Maria Pedro^v, em seu artigo “Traduzindo o debate: o uso da categoria gênero na pesquisa histórica”, nos mostra que

foi desta forma que também nos trabalhos acadêmicos, e entre eles os da História, inicialmente a categoria de análise mais usada foi justamente “mulher”. Foi com esta categoria que as historiadoras e historiadores procuraram integrar, na narrativa que se fazia da história, a presença das mulheres. Foi também buscando mostrar a diferença no interior da categoria “mulher” que passaram a utilizar a palavra “mulheres”. (PEDRO, 2005, p. 83).

Ao analisar a trajetória dos estudos de gênero, no Brasil, entre 1975 e 1995, Maria Luiza Heilborn e Bila Sorj identificaram que a adoção do conceito de gênero na academia surgiu como um grande guarda-chuva que viria a abarcar as pluralidades embutidas no próprio discurso:

No melhor dos casos “gênero” foi adotado de uma maneira consensual, no pior dos casos optou-se por um compromisso simbolizado pela adoção de ambos termos, mulher e gênero, separados agora por uma barra. (HEIBORN; SORJ, 2008, p. 05).

Com o deslocamento teórico/discursivo do sistema sexo/gênero, enquanto políticas identitárias, publicações importantes começaram a traçar um outro caminho epistemológico nas pesquisas sobre gênero em universidades brasileiras. É o caso da questão *Queer*, que possibilitou uma série de novos campos de investigação, multiplicando as análises para além do binário e heterogênero.

Dentre esses trabalhos, resalte-se os estudos de Guacira Lopes Louro^{vi}, que segundo Holanda, (2020, p. 18) “[...] foi a primeira pensadora a escrever sobre o tema no Brasil”. Ancoradas em estudos culturais e pós-estruturalistas, suas pesquisas contribuíram para a sedimentação de importantes caminhos para o campo das representações na educação e como estes são sistematizados nas políticas de controle do corpo e da sexualidade, disciplinadas social e politicamente. Sua análise rompe com a visão biologizante do gênero, fazendo-o percorrer processos históricos e culturais sob os quais o corpo é construído. Miskolci (2011, p. 58), afirma que:

Em nosso país, a incorporação da Teoria Queer provavelmente se iniciou no final da década de 1990, dentro das disciplinas das Ciências Sociais, em particular na área dos estudos de gênero e sexualidade. O marco de nossa recepção queer pode ser estabelecido em 2001, quando Guacira Lopes Louro publicou, na Revista Estudos Feministas, o artigo “Teoria Queer: uma política pós-identitária para a educação.

Esses estudos acadêmicos confluíram com o surgimento da Revista de Estudos Feministas, em 1992, e com os Cadernos Pagu, em 1993, fundamentais para a divulgação dos estudos feministas e para um certo desvio dos temas de investigação, pautados na desconstrução do binarismo nos sistemas sexo/gênero. Dadas as circunstâncias, talvez esse



processo acadêmico tenha convergido para a recepção, nos anos 1990, das primeiras leituras de autoras como Judith Butler, Theresa De Lauretis, Donna Haraway, e Monique Wittgen.

Assim, importa dizer que, acompanhando esse movimento, com a imersão em novos objetos de pesquisa, foram construídas diferentes narrativas e vivências cada vez mais plurais. Nesse cenário multifacetado, em que os sujeitos se relacionam com diferentes experiências, contextos e lugares sociais diversos, os estudos de gênero contribuem para dilatar o campo investigativo e promover o diálogo com outros saberes, sem contar que, atualmente, eles vêm trilhando significativos desdobramentos e (re)definições no campo teórico.

Situando nessa interface, pontuamos pesquisas acadêmicas, realizadas no Brasil, por Adriana Pisticelli que dá conta de interseccionar gênero com outros marcadores de diferença. Para Pisticelli, em “Interseccionalidades, categorias de articulação e experiências de migrantes brasileiras”, importa que os estudos interseccionais não venham a ratificar, mesmo que de forma subliminar, um marcador social da diferença em detrimento a outro. Ao considerar que as experiências sociais são múltiplas temos, em consequência, a preocupação central em identificar e problematizar como as formas de poder e suas ações geram opressão e desigualdade. Com efeito, Pisticelli defende que

o debate sobre as interseccionalidades permite perceber a coexistência de diversas abordagens. Diferentes perspectivas utilizam os mesmos termos para referir-se à articulação entre diferenciações, mas elas variam em função de como são pensados diferença e poder. Essas abordagens divergem também em termos das margens de agência (agency) concedidas aos sujeitos, isto é, as possibilidades no que se refere à capacidade de agir, mediada cultural e socialmente. (PISCITELLI, 2008, p. 267).

Por ser um termo elástico, penso ser importante analisar como esses marcadores de diferença produzem, ao se imbricarem, não só desigualdades, como repercutem na forma como os sujeitos se constituem. Quando não se compreende que tais marcadores traduzem a singularidade das vivências, muitas delas atravessadas por diversas opressões e violências, nos distanciamos de um saber crítico que ratifica o pensamento único, enviesado pela desigualdade.

Diante do exposto, somando-se às produções mencionadas, as pesquisas sobre a temática de gênero, foram se diversificando, não só internacionalmente, tanto nos movimentos feministas quanto nas universidades brasileiras. Mesmo assim, essas pesquisas dão expressiva contribuição para o campo historiográfico e para que se entenda mais e melhor nossa própria realidade, até porque elas se referenciam, além de dialogar, nas escolhas das fontes de pesquisa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O crescimento da produção historiográfica dos estudos de gênero tem possibilitado a abertura de novos debates e problematizações do próprio gênero como categoria de análise. É inquestionável a abrangência que essa temática vem tomando, com novos olhares e novas perspectivas teóricas.

Contudo, percebemos que na medida em que muito já foi dito e produzido, muitas dessas discussões ainda se restringem à academia mesmo que, timidamente, possam chegar a outros espaços de formação como, por exemplo, a educação básica. Mesmo em se tratando do espaço acadêmico, refletimos se as novas gerações tem conhecimento sobre o trajeto trilhado pelos estudos de gênero, suas protagonistas e histórias. Munidos dessas inquietações, que abriram as discussões desse texto, procuramos demonstrar a importância de descortinar e (re)contar esse trajeto.

Embora tenhamos um volume de contribuições científicas que abrangem o tema, a realidade nos demonstra que no universo das relações ainda convivemos com formas hierarquizantes e normativas de se ver e perceber a diversidade. Como pesquisadoras(es) ainda travamos uma cruzada epistemológica no sentido de poder desenvolver um pensamento mais flexível, acessível, e com novas perspectivas teóricas e metodológicas direcionadas aos estudos de gênero.

Portanto, compreendemos que tornar visível as mudanças e resistências, de como sujeitas e sujeitos construíram e constroem suas experiências individuais e coletivas em torno dos estudos de gênero, contribui para o não esquecimento, pois são nos silêncios e nos vazios que muitas vezes as “verdades” são forjadas e distorcidas. Ademais,



como historiadoras (os) entendemos a importância de se mediar um diálogo constante entre a contemporaneidade e o passado, dentro de suas subjetividades e interpretações, para que sejam revelados e ampliados.

REFERÊNCIAS

ARRUDA, Ângela. Feminismo, gênero e representações sociais. In.: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (org.). Pensamento feminista brasileiro: formação e contexto. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019.

BEAUVOIR, Simone de. O segundo sexo. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.

BUTLER, Judith. Desfazendo Gênero. São Paulo: Editora Unesp, 2022.

BUTLER, Judith. Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CARVALHO, Maria Eulina Pessoa de. Gênero e sexualidade como campos de produção de conhecimento educacional. ROSA, Katemari Diogo da; CAETANO Márcio; CASTRO, Paula Almeida de, (Org). In: Gênero e Sexualidade: Intersecções necessárias à produção de conhecimento. Campina Grande: Realize Editora, 2017.

CORRÊA, Mariza. Do feminismo aos estudos de gênero no Brasil: um exemplo pessoal. Dossiê: feminismo em questão, questões do feminismo. Cadernos Pagu (16) 2001: pp.13-30. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cpa/a/Xmvqhg4YYJxm7w5zwmk9dsd/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 19 de mar. 2022.

CORRÊA, Mariza. Mulher & Política: um Debate sobre a Literatura Recente. BIB, no 18, Rio de Janeiro, 2º Semestre 1984, pp.27/44. Disponível: <https://anpocs.com/index.php/bib-pt/bib-18/364-mulher-politica-um-debate-sobre-a-literatura-recente/file> . Acesso: 13 de mar. 2022.

DAVIS, Ângela. Mulheres, raça e classe. São Paulo: Boitempo, 2016.

HEILBORN, Maria Luiza e SORJ, Bila. Estudos de gênero no Brasil (1975-1995). In: MICELI, Sérgio (org.) O que ler na ciência social brasileira (1970-1995). ANPOCS/CAPES. São Paulo: Editora Sumaré, 1999, p. 183-221. Disponível: http://www.clam.org.br/bibliotecadigital/uploads/publicacoes/102_653_EstudosdeGeneronoBrasil1.pdf. Acesso em: 19 de mar. 2022.

HOLLANDA, Heloisa Buarque. Pensamento Feminista brasileiro: formação e contexto. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019.

HOOBS, Bell. Ensinando a transgredir: a educação como prática para liberdade. Tradução de Marcelo Brandão Cipolla. 2 ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2017.

LOURO, Guacira Lopes. Teoria Queer: uma política pós identitária para a educação. In.: Pensamento Feminista Hoje: sexualidades no Sul global. HOLLANDA, Heloisa Buarque de. (Org). Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020.

MATOS, Maria Izilda de. Estudos de Gênero: percursos e possibilidades na historiografia contemporânea(1998). Cadernos Pagu. Disponível em: [https://ieg.ufsc.br/public/storage/articles/October2020/Pagu/1998\(11\)/Matos.pdf](https://ieg.ufsc.br/public/storage/articles/October2020/Pagu/1998(11)/Matos.pdf). Acesso em: 18 jan. 2024.

MISKOLCI, Richard. Não ao Sexo Rei: da estética da existência foucaultiana à política queer. In: Souza, Luiz Antônio Francisco de; Sabatine, Thiago Teixeira e Magalhães, Boris Ribeiro de. (Org.). Michel Foucault: sexualidade, corpo e direito. 1ed.Marília: Cultura Acadêmica Editora, 2011, v. 1, p. 47-68.

MOGROVEJO, Norma. O Queer, as mulheres e as lésbicas na academia no ativismo em Abya Yala. In.: Pensamento Feminista Hoje: sexualidades no Sul global. HOLLANDA, Heloisa Buarque de. (Org). Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020.

PEDRO, Joana Maria. Traduzindo o debate: o uso da categoria gênero na pesquisa histórica. História (São Paulo) [online]. 2005, v. 24, n. pp. 77-98. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0101-90742005000100004>>. Epub 23 Set 2010. ISSN 1980-4369. <https://doi.org/10.1590/S0101-90742005000100004>.



PISCITELLI, Adriana. Recriando a (categoria) mulher? In: ALGRANTI, L. (org.). A prática feminista e o conceito de gênero. Textos Didáticos, nº 48. Campinas, IFCH-Unicamp, 2002, p. 7-42. Disponível em: <http://www.pagu.unicamp.br/sites/www.pagu.unicamp.br/files/Adriana01.pdf>. Acesso: 23 de nov. 2021.

PISCITELLI, Adriana. (2008). Interseccionalidades, categorias de articulação e experiências de migrantes brasileiras. Sociedade E Cultura, 11(2). <https://doi.org/10.5216/sec.v11i2.5247>. Disponível em: <https://www.revistas.ufg.br/fcs/article/view/5247>. Acesso em: 13 de mar. 2022.

RAGO, Margareth. Adeus ao feminismo? Feminismo e pós-modernidade no Brasil. Cadernos do arquivo Edgar Leuenroth, Campinas, n.3/4, p.11-43, 1995/1996. Disponível em: [https://www.academia.edu/3493543/ADEUS_AO_FEMINISMO_FEMINISMO_E_P%C3%93S_MODERNIDADE_NO_BRASIL_IL_Margareth_Rago_](https://www.academia.edu/3493543/ADEUS_AO_FEMINISMO_FEMINISMO_E_P%C3%93S_MODERNIDADE_NO_BRASIL_Margareth_Rago_). Acesso em 28 Jan 2022.

RAGO, Margareth. O efeito Foucault na Historiografia brasileira. Tempo Social; Revista de Sociologia. USP. São Paulo, pg. 67-82. outubro 1995. Disponível: <https://www.scielo.br/jjts/a/Bn67fyfwtQfrMvhqN8VnXXQ/?format=pdf>. Acesso em: 07 de out. 2021.

SCOTT, Joan W. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. Educação e Realidade, vol. 16, nº 2, Porto Alegre, jul./dez. 1990.

NOTAS

¹ Stoller foi professor de psiquiatria na Faculdade de Medicina e pesquisador da Clínica de Identidade de Gênero da UCLA. Faleceu em 06\09\1991 em Los Angeles, Estados Unidos.

² Em 1977 a Fundação Carlos Chagas recebeu o apoio da Fundação Ford para lançar o Programa de Dotação para Pesquisa sobre as Mulheres e Relações de Gênero, que contou com o alcance de 170 projetos em pesquisas voltadas para os estudos de gênero. Cabe salientar que a Fundação Ford atua no Brasil desde 1962.

³ Escritora, intelectual e feminista brasileira. Foi fortemente combatida por setores mais conservadores da Igreja Católica, sendo expulsa da editora Vozes por ordem do Vaticano. Em 1994 foi eleita a “Intelectual do Ano”, pela União Brasileira de Escritores.

⁴ Como professora, lecionou no Departamento de Antropologia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Unicamp É pesquisadora do Pagu/Núcleo de Estudos de Gênero da mesma Universidade, no qual coordena um Projeto Temático da Fapesp sobre gênero e corporalidade.

⁵ Foi professora titular da Universidade Federal de Santa Catarina, aposentou-se em 2019. Atualmente é membro permanente do Programa de Pós-Graduação em História e do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas da UFSC. É também pesquisadora do IEG - Instituto de Estudos de Gênero.

⁶ Professora titular aposentada da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Fundadora do GEERGE (Grupo de Estudos de Educação e Relações de Gênero). Publicou trabalhos com foco em gênero, sexualidade e teoria queer, articuladas à Educação.

